



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



CONVITE Nº. 001/2018

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT
Órgão	Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária
Tipo	Menor Preço
Critério de Julgamento	Menor Preço Global
Referência final de preços	SINAPI CUIABÁ-MT.
Regime de Execução	Indireta
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AMPLIAÇÃO E REFORMA PSF BAIRRO BURITI, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.
Endereço e Códigos de comunicação	Avenida Desembargador Joaquim P. F. Mendes, nº 2341, Jardim Eldorado - CEP: 78.400-000, Diamantino - MT. Fone: (65) 3336-6423 E-mail: licitacao@diamantino.mt.gov.br
Comissão Permanente de Licitação	Nicholas da Costa Machado . Presidente Everton Vanni Catunda . Membro Camile da Silva Genro - Membro Sandra Berenice Wagner . Membro Gilliano Rodrigo Jonathan Santos Vasconcellos - Membro Portaria: 012/2018.
Legislação de Regência	- Leis nº 8.666/93 e 10.520 e todas as suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações; Lei Municipal nº 1.082/2015 e Outras normas e regulamentos inerentes.

Preâmbulo

O Município de Diamantino - MT, com sede administrativa na Avenida Desembargador Joaquim P. F. Mendes, nº 2341, Jardim Eldorado - CEP: 78.400-000, Diamantino - MT, fone/fax XX - 65 . 3336-6423, através da sua CPL . Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 012/2018, torna público para os interessados do ramo, que fará realizar, no dia, hora e local abaixo especificado, conforme as disposições da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, licitação na modalidade de Convite, do tipo menor preço Global, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 8.666/93, 123/06, suas alterações e Lei Municipal nº 1.82/2015 e suas alterações posteriores, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AMPLIAÇÃO E REFORMA PSF BAIRRO BURITI, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**, Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme Planilha, Anexo I deste Edital.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

Dia: 20/02/2018

Hora: 09:00horas

Local: Prefeitura Municipal de Diamantino É endereço acima.

✓ Em nenhuma hipótese será recebido envelope após a data e horário acima especificados.

1. DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AMPLIAÇÃO E REFORMA PSF BAIRRO BURITI, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**, para atender solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária deste Município, acompanhando a PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO, em anexo.

1.2 - A empresa vencedora se responsabiliza pelo fornecimento de mão de obra necessária para efetivação da obra, na forma e condições estipuladas neste instrumento e seus Anexos.

1.3 - O presente processo licitatório, reger-se-á pelas normas constantes da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1.993, com as atualizações que lhe foram introduzidas e pelas disposições gerais e especiais deste edital.

2. RECURSOS ORÇAMENTARIOS

2.1 . O valor orçado pela Administração encontra-se devidamente comprometido conforme inciso III, § 2º, artigo 7º da Lei nº 8.666/93. As despesas decorrentes deste processo Licitatório correrão por conta de recursos próprios, alocados na seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA	DOTAÇÃO	CÓD. RED
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA	06.001.10.301.0037.10153-4490.51.00.00	348

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Além das empresas convidadas, poderão participar deste certame quaisquer interessados do ramo de negócios objeto desta licitação, que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas antes da hora marcada para apresentação das propostas e que tenham o ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições constantes deste edital.

3.1.2 - Os documentos para cadastro compreenderão:

- Carta de apresentação do proponente;
- Cópia dos documentos pessoais do representante legal;
- CNPJ;
- Contrato Social com as respectivas alterações;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



- Comprovante de Inscrição Estadual, se houver.
- Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Tributos Federais;
- Certidão de Regularidade junto à Secretaria de Fazenda Estadual específica para participar de licitação;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede do licitante;
- Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS;
- Declaração de enquadramento como Micro empresa ou Empresa de Pequeno Porte
- Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no CREA

3.2. Não poderá participar da presente licitação interessados que estejam vedados pelo art. 9º da Lei 8.666/93 e ainda:

- a) empresas consorciadas;
- b) com falência decretada ou em concurso de fornecedores;
- c) que estejam impedidas de participar de licitações em razão de penalidades por inadimplemento contratual com a administração pública.

4. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

4.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa, com suas páginas enumeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante.

b) Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as descrições constantes do Anexo I, deste edital;

c) **O Prazo de validade da proposta que será de 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da abertura do processo licitatório;

d) **Valor da proposta, com preço em real, expresso em algarismos**, em real (\$), incluindo todas as despesas, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, inclusive as legais e/ou adicionais, incidentes sobre a execução da mão de obra;

4.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades, capazes de dificultar o julgamento e a apresentação das propostas implicará plena aceitação por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Í DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

5.1 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia **LE G I V E L**.

5.2 - No Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial, no caso de empresa individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa natural);



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



- b) ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea ~~b~~, deste subitem;
- d) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade o exigir.
- f) Cédula de identidade e CPF dos sócios da empresa e, quando procurador, também cópia da procuração;

5.2.2. REGULARIDADE FISCAL

- a) **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);**
- b) **Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetivo licitado;
- c) **Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal ou alvará de Licença para Funcionamento**, para o exercício do ano de 2018, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- d) **Prova de regularidade com a Fazenda Federal**, referente a débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas ~~a~~ e ~~b~~, do parágrafo único do art. 11, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- e) **Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual**, fornecida pela Secretaria de Fazenda Estadual para fins de participação em licitações públicas;
- f) **Prova de regularidade junto a Procuradoria Geral do Estado (PGE/MT)** referente a dívida ativa do Estado de Mato Grosso ou da sede da licitante;
- g) **Prova de Regularidade junto a Fazenda Municipal da sede da licitante**, incluindo Dívida Ativa, fornecido pela Prefeitura Municipal;
- h) **Certidão Negativa de Débito (CND-FGTS)**, fornecida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- i) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, fornecida pelo Poder Judiciário . Justiça do Trabalho.
- j) Declaração emitida pelo licitante de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, datada de até três dias antes da data da abertura dos envelopes;
- k) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (MODELO ANEXOVI), ou Certidão de Acervo técnico.
- b) Comprovação de registro do engenheiro responsável pela execução do serviço no CREA, com regularidade no exercício de 2018;

5.3. Os documentos apresentados no envelope de habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.

5.4. Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência;



- 5.5. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- 5.6. A Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;
- 5.7. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 5.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos deverá a Comissão de Licitação considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar 123/2006.
- 5.9. Poderá a Comissão de Licitação declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.
- 5.10. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, a Comissão de Licitação considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.
- 5.11. Somente serão retidos os documentos do licitante vencedor, no entanto, a Administração poderá reter os documentos dos demais licitantes quando estes se manifestarem sobre a intenção de interpor recursos administrativos ou desde que esses estejam implicados na questão.
- 5.12. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.
- 5.13. Declaração emitida pelo licitante de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, datada de dois dias antes da data da abertura dos envelopes;

6. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 6.1 . A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
- 6.1.1 . verificação do sigilo das propostas e assinatura de todos os presentes nos envelopes;
- 6.1.2 . abertura dos envelopes contendo as propostas e visto em todos os documentos do seu conteúdo;
- 6.1.3 . verificação da conformidade da proposta com os requisitos do edital, sendo desclassificada a proposta incompatível;
- 6.1.4 . Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste edital.
- 6.1.5 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 6.1.6 . Homologação, adjudicação e contratação.

6.2 - JULGAMENTO

- 6.2.1 . No dia, hora e local indicado neste EDITAL, na presença dos representantes que comparecerem, a Comissão de Julgamento procederá à abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO, cujos conteúdos poderão ser examinados por todos os representantes, que os rubricarão (membros da Comissão).
- 6.2.2 . Em seguida, a Comissão facultará a palavra para eventual observação/impugnação.
- 6.2.3 . Eventual questão argüida e qualquer dúvida que possa surgir durante a sessão serão decididas/resolvidas pela Comissão.
- 6.2.4 . Os envelopes **PROPOSTA** serão rubricados pela Comissão e ficarão sob a guarda do Setor de Licitação desta Prefeitura.
- 6.2.5 . Abertos os envelopes PROPOSTA, os documentos serão rubricados por, pelo menos,



dois membros da Comissão, e analisados.

6.2.6 **É** O julgamento das propostas poderá ser levado a efeito na mesma sessão, ou em data a ser definida pela Comissão, sendo que a comunicação do resultado da licitação será objeto de publicação no Diário Oficial do Estado.

6.2.7 **É** Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos desenvolvidos, as quais deverão ser assinadas pelos Membros da Comissão.

7.0 DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

7.1 **É** Dos atos e decisões exarados nesta licitação caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, e alterações.

7.2 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

7.3 - A adjudicação será feita considerando-se a totalidade do objeto.

8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. No recebimento e aceitação dos serviços será observada, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.2. O objeto da presente licitação será recebido pela respectiva Secretaria, que emitirá Termo de Recebimento dos Serviços, e, somente após, o Município poderá emitir o respectivo pagamento à Contratada.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Na formalização da contratação, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade, vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.2 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 3 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

9.3 - A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 . Para fazer face às obrigações financeiras assumidas, serão utilizados recursos próprios do Município ao qual se vincula o objeto deste procedimento licitatório bem como as medições efetuadas pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT, e de acordo com os serviços executados no período abrangido pelo cronograma físico-financeiro aprovado, devendo a Adjudicatária apresentar a competente fatura.

10.1.1 **É** As medições serão efetuadas a cada 15 (Quinze) dias pela **FISCALIZAÇÃO**, na presença da **CONTRATADA**, e consistirão no levantamento das quantidades executadas e concluídas de cada serviço, sobre as quais incidirão os respectivos preços;

10.1.2 **É** Somente serão medidos os serviços executados, concluídos e aceitos pela **FISCALIZAÇÃO**;

10.1.3 **É** A critério da **CONTRATANTE**, diretamente vinculado à existência de recursos financeiros, será efetuado o pagamento do(s) serviço(s) autorizado(s) pela **CONTRATANTE**,



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



a título de antecipação do cronograma físico;

10.1.4 . O **primeiro pagamento** ficará condicionado à formalização, por parte da **CONTRATADA**, das providências a seguir indicadas:

10.1.5 . Processada a medição, a **FISCALIZAÇÃO** autorizará a **CONTRATADA** a emitir a respectiva fatura.

10.1.6 . A fatura eivada de incorreção (ões) será devolvida à **CONTRATADA**, para a(s) correção (ões), e o prazo será contado a partir da data de reapresentação da fatura, sem incorreção (ões).

10.2 **É** Por ocasião do encaminhamento da fatura, para efeito de pagamento dos serviços concluídos e aceitos, a **CONTRATADA** deverá fazer prova do recolhimento das importâncias devidas a título de PIS, COFINS e FGTS, este por meio das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social . GFIP, bem como da retenção do percentual referente ao ISSQN, ou da comprovação de recolhimento do ISSQN, ou, se for o caso, da condição de isenção. Em relação ao INSS (artigo 31 da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela Lei 9.711/98), serão observados os procedimentos da Instrução Normativa nº 100, de 18 de dezembro de 2006, republicada dia 30 de março de 2004, da Diretoria Colegiada do Instituto Nacional do Seguro Social.

Observação: Haverá incidência do ISSQN nos termos da Lei Municipal.

10.2.1 **É** As comprovações relativas ao FGTS corresponderão aos períodos contidos nas faturas, ou seja, períodos de execução, e poderão ser apresentadas da seguinte forma:

a) cópias mensais da GFIP (Guia de Recolhimento de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) e GPS (Guia da Previdência Social);

b) cópias mensais da GRF (Guia de Recolhimento do FGTS) da empresa;

c) Apresentação da CND (Certidão Negativa de Débitos) do INSS da empresa após término da obra.

10.3 . A não comprovação das exigências retro-referidas assegura à CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento correspondente, independentemente de outras medidas legais.

11. DO REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 . A forma de execução será indireta, com regime de empreitada por preço global, com mão de obra, conforme caderno de especificações, planilhas de quantitativos, cronograma físico-financeiro da PASTA TÉCNICA.

12. PRAZO PARA EXECUÇÃO DA OBRA

12.1 - O prazo de execução da presente obra é de **120 (cento e vinte)** dias corridos a partir da emissão da ordem de serviço da prefeitura com o conhecimento da contratada, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, conforme determina o Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja interesse público ou ocorra caso fortuito ou de força maior.

13 É DO VALOR ESTIMADO

13. O serviço será no regime de Empreitada por Preço Global, devendo ser vencedora a licitante que oferecer menor preço global e que não poderá ser maior que **R\$ 105.811,82 (Cento e cinco mil, oitocentos e onze reais e oitenta e dois centavos)**.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

14.1. A Contratada obriga-se a Prestar os Serviços, conforme descritos no Termo de



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



Referência.

14.2 - Em nenhuma hipótese será aceita a sub-contratação total ou parcial da obra.

14.3 - A empresa obriga-se a:

14.3.1. Disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal devidamente habilitado, e o que mais se fizer necessário para a execução dos serviços, conforme estabelecido no edital.

14.3.2. Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos, faixas refletivas na indumentária e outros;

14.3.3. Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município, qualquer funcionário que, por solicitação da Fiscalização, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

14.3.4. Os equipamentos, ferramentas e materiais necessários ao bom desempenho da Prestação dos Serviços devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a empresa a substituir aqueles que não atenderem estas exigências;

14.3.5. Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada na Prestação dos Serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes do trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à execução dos serviços;

14.3.6. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho;

14.3.7. Responder por qualquer acidente de trabalho na Prestação dos Serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros;

14.3.8 Manter os locais de execução dos Serviços sempre e devidamente sinalizados;

14.3.9 Reparar as suas custas, qualquer irregularidade, defeito, ou divergência em relação às especificações, verificada na Prestação dos Serviços;

14.3.10. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la em tudo o que se relacionar com a Prestação dos Serviços;

14.3.11. Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

14.3.12. Analisar, do ponto de vista executivo, os documentos técnicos integrantes do Contrato e comunicar por escrito à Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, as discrepâncias, omissões ou erros, inclusive quaisquer transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou leis, no prazo de 15 (quinze) dias. Após esse período, não caberá à empresa, o direito de reclamar, seja em que tempo for, sobre quaisquer prejuízos que julgar haver sofrido, quer administrativa ou judicialmente;

14.3.13. Promover a organização técnica e administrativa da Prestação dos Serviços, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Edital e seus anexos, no prazo determinado;

14.3.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

14.3.15. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa da empresa, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos.

14.3.16. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local aos Serviços, bem como aos documentos relativos aos materiais entregues;



14.3.17. Paralisar, por determinação do Município, qualquer trabalho que não esteja sendo desenvolvido de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

15. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

15.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maiores, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as seguintes penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração:

- a) Advertência;
- b) multa, correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Responder por perdas e danos ocasionados à Prefeitura, os quais serão apurados em competente processo, levando em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;
- d) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município, enquanto perdurarem os motivos.
- f) Suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

15.2 As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

16. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

16.1. A presente Licitação, poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito devidamente fundamentado.

16.2. Ser adiada sua realização ou transferida sua abertura para outro dia e hora, mediante prévio aviso.

16.3. A anulação da presente Licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no Parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

16.4. A nulidade da presente Licitação, induz a nulidade do Contrato, ressalvado o disposto no Parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

16.5. No caso de revogação ou anulação da presente Licitação, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pela Presidente e pelos membros da comissão.

17.3 - O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios.

17.4. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão contratual da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.5. A aceitação da proposta vencedora, pelo Município, obriga o seu proponente à execução integral da prestação de serviço, objeto desta licitação, pelo preço e condições oferecidas, não cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

17.6. A Administração poderá revogar a presente licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, disponibilizando no sistema para conhecimento dos interessados. Poderá ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

17.7 - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato objeto vinculado a esta Licitação, as empresas licitantes devem se subordinar ao foro da Comarca de Diamantino- MT, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

17.8 - Informações, esclarecimentos e cópia do edital e seus anexos poderão ser obtidas junto a CPL . Comissão Permanente de Licitação em horário comercial (conforme acima) de Segunda a Sexta e ainda através do fone/fax mencionado no preâmbulo.

17.9 - Fazem parte integrante deste Edital, os seguintes anexos:

ANEXO I: TERMO DE REFERENCIA

ANEXO II: MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO III: PLANILHA ORÇAMENTARIA;

ANEXO IV: PROJETOS;

ANEXO V: MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÃO;

ANEXO VII: MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO VIII: MODELO DE DECLARAÇÃO;

ANEXO IX: MODELO DE DECLARAÇÃO;

ANEXO X: MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;

ANEXO XI: MODELO DE PROCURAÇÃO;

ANEXO XII: MODELO DE DECLARAÇÃO.

Diamantino - MT, 06 de Fevereiro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO
Presidente da CPL



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 . OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AMPLIAÇÃO E REFORMA PSF BAIRRO BURITI, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT, para atender solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária deste Município, acompanhando o PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO, em anexo.

2 É LOCAL

PSF - BAIRRO BURITI.

3 É JUSTIFICATIVA

3.1 Com o projeto da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AMPLIAÇÃO E REFORMA PSF BAIRRO BURITI, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**, tem como objetivo contribuir para a melhoria e bem estar da população.

4 É DA HABILITAÇÃO DAS LICITANTES

4.1 . A LICITANTE deverá cumprir com todas as condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

5 É ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

5.1 . Estimativa de Valores

5.2 - Para efeitos orçamentários e de teto de preço para concorrência entre as licitantes, o valor global estimado dos serviços . a somatória dos preços unitários dos serviços, multiplicados por suas respectivas quantidades, listados na planilha em anexo não poderá ser superior a **R\$ 105.811,82 (Cento e cinco mil, oitocentos e onze reais e oitenta e dois centavos)**.

5.2 É FORMA DE PAGAMENTO

5.3 - O pagamento será efetuado de acordo com o Cronograma Físico Financeiro da obra, e de acordo com as medições realizadas, que serão elaboradas conforme a sua execução, tomando-se como final do período o último dia de cada mês ou de cada quinzena, ou ainda de acordo com a sistemática exigida pelo órgão repassador dos recursos.

5.4 - As medições da obra executada serão procedidas por Engenheiro Civil designado como Fiscal pela CONTRATANTE.

5.5 . A medição final bem como os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra serão elaborados por Comissão de Vistoria ou por servidor qualificado designado pela Administração Municipal para tal finalidade quando concluída toda a obra.



6 É EXIGÊNCIAS DA CONTRATANTE:

6.1 . Toda a execução dos serviços serão orientados e fiscalizados pela Prefeitura Municipal de DIAMANTINO/MT.

7. DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da CONTRATADA, além das condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, o seguinte:

7.1.1 . empregar pessoal tecnicamente capacitado e qualificado para a execução dos serviços previstos no objeto desta licitação;

7.1.2 . prestar todos os esclarecimentos concernentes ao objeto desta licitação, quando solicitados pela CONTRATANTE;

7.1.3 . assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, emolumentos e demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;

7.1.4 . permitir e assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscalizar os serviços objeto desta licitação;

7.1.5 . responder por danos Moraes, materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

7.1.6 . não subcontratar outras empresas para executar o objeto desta licitação, salvo com expressa autorização da Prefeitura;

7.1.7 . em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT;

7.1.8 . responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7.1.9 . responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por sua culpa ou dolo, ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento deste Termo de Referência e do Edital;

7.1.10 . manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência e no Edital.

8. DA CONTRATANTE

8.1 . São obrigações da CONTRATANTE, além das condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, o seguinte:

8.1.1 . proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom cumprimento do contrato;

8.1.2 . prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



8.1.3 . fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

8.1.4 . solicitar à licitante vencedora e seus prepostos, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução desta licitação e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

8.1.5 . ordenar à licitante vencedora corrigir, refazer ou reconstruir as partes do objeto contratual executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

8.1.6 . efetuar o pagamento à CONTRATADA nas datas estipuladas no instrumento contratual;

9 É DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 . Esta licitação deverá admitir uma única licitante vencedora, que deverá apresentar proposta de preços conforme exigências do Edital e deste Termo de Referência.

Diamantino-MT, 06 de Fevereiro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO
Presidente da CPL.



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, FIRMADO ENTRE O
MUNICÍPIO DE DIAMANTINO E A
EMPRESA _____ PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, n.º 570, Centro, neste Município, neste ato denominado **Í CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa xxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o n.º xxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu proprietário o Sr.º xxxxxxxx, portador do RG n.º xxxxxx -SSP/MT e do CPF n.º xxxxxxxx, doravante denominado **Í CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, com base no **Processo Licitatório Carta Convite nº 001/2018**, e na Lei Federal n.º 8.666/93, e demais legislações pertinentes, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA É DO OBJETO

1.1 . Este Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AMPLIAÇÃO E REFORMA PSF BAIRRO BURITI, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**, sob o regime de empreitada por preço global, tudo de acordo com a proposta da vendedora, que faz parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA É DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 . O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA É DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 . O preço global para a execução do Contrato é de R\$____() proposto pela CONTRATADA, pagos conforme medição e emissão de Nota Fiscal Atestada pela Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.

3.2 . O Contrato deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta, conjugado na composição de preços dos valores básicos durante toda sua vigência e execução.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



3.3. Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento de cada parcela não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,10%, a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 20%.

3.4. Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes.

3.5. Os preços constantes do presente Contrato não sofrerão reajustes durante a sua execução, observado o disposto no item 3.2.

3.6. A CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura no todo ou em parte, nos seguintes casos;

- a) execução defeituosa dos serviços;
- b) existência de qualquer débito exigível pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA É DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo de execução do presente Contrato é de 12 (Doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura.

4.2. - O prazo para a execução dos serviços é de 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir da expedição da ordem de serviço.

4.3. O presente Contrato poderá ser prorrogado se houver interesse público e conveniência econômico- financeira para o **CONTRATANTE**, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.3.1. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do **CONTRATANTE**, nos termos do item 4.2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLÁUSULA QUINTA É DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

5.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária:

SECRETARIA	DOTAÇÃO	CÓD. RED
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA	06.001.10.301.0037.10153-4490.51.00.00	348

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. O **CONTRATADO** fica dispensado da prestação da caução de garantia para a execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA É DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do **CONTRATADO**:

- a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido pelo



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



CONTRATANTE, os serviços sejam executados e entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

- b) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei n.º 8.666/93.
- c) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento os Recibos de Prestação de Serviços, acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria de Agricultura Ind. Com e Meio Ambiente;
- d) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços;
- e) assumir quaisquer acidentes na execução dos serviços;
- f) arcar com os custos dos serviços realizados sem a devida requisição ou autorização fornecida pelo **CONTRATANTE**.

7.2. São direitos e responsabilidades do **CONTRATANTE** os seguintes:

- a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do **CONTRATADO**;
- b) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente Contrato;
- c) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;
- d) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio do fiscal de Contrato;
- e) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato;
- f) efetuar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais ou Recibos de Prestação de Serviços;
- g) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.
- h) efetuar sobre a remuneração a ser paga o desconto do Imposto Sobre Serviços, INSS e o Imposto de Renda Retido na Fonte de acordo com as Notas Fiscais ou Recibos de Prestação de Serviços de cada parcela apresentados;
- i) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADO**;
- j) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei;

CLÁUSULA OITAVA É DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

- a) advertência verbal ou escrita.
- b) multas.
- c) declaração de inidoneidade,
- d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

8.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções



cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

- a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;
- b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência constatado pelo **CONTRATANTE**;
- c) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em lei, por culpa do **CONTRATADO**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;
- d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura do Município de Diamantino, por prazo não superior a dois anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

8.4. De qualquer sanção imposta, o **CONTRATADO** poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso ao **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

8.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

8.6. A multa definida na alínea ~~6~~^a do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea ~~6~~^a do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

8.7. O **CONTRATADO** não incorrerá na multa prevista na alínea ~~6~~^a acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA É DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1. O **CONTRATANTE** poderá considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

- a) o **CONTRATADO** não iniciar os trabalhos dentro de quinze dias contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de quinze dias consecutivos, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**;
- b) o **CONTRATADO**, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**, ceder para terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte;
- c) o **CONTRATADO** não atender às exigências do **CONTRATANTE** relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição;
- d) as multas aplicadas ao **CONTRATADO** atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;
- e) o **CONTRATADO** deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste Contrato ou dele decorrentes;
- f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei n.º 8.666, de 21/06/93.

9.2. O **CONTRATADO** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão



administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

9.3. A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores do **CONTRATADO**, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

9.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA É DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

10.1 . O presente Contrato está vinculado em todos os seus termos à Carta Convite n.º 001/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA É DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

11.1 . Aplica-se a Lei n.º 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA É DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1 . O **CONTRATADO** deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela **CONTRATANTE**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA É DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo fiscal de Contrato, Srº xxxxxxxxxxxxxxxx, devidamente nomeado através da Portaria, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pelo **CONTRATANTE**, a seu exclusivo juízo.

13.2 . A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

13.3 . Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e o **CONTRATADO** serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

13.4. Da decisão tomada pela Fiscalização poderá o **CONTRATADO** recorrer ao **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1 . Concluído o serviço, se estiver em perfeitas condições, atestado pelo **CONTRATANTE**, será recebido pelo titular da Secretaria Municipal de Solicitante, que atestará a Nota Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA É DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O **CONTRATANTE** só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

15.2. O **CONTRATADO** em Hipótese Alguma poderá sub-contratar, ainda que parcialmente a execução dos serviços.

15.3. As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

15.4. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA É DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Diamantino . MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTEE CONTRATADO**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Diamantino. MT, _____.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXX
Contratado

TESTEMUNHAS:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



Nome: _____
R.G.n.º _____
C.P.F.n.º _____
Assinatura: _____

Nome: _____
R.G.n.º _____
C.P.F. n.º _____
Assinatura: _____



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



ANEXO - III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Em arquivo separado



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



ANEXO - IV

PROJETO BÁSICO

Em Arquivos separados . Formato .PDF



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



ANEXO - V

MEMORIAL DESCRITIVO

Em Arquivo separado



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



CERTIDÃO

Certifico e dou fé que integram o Edital de Carta Convite nº 001/2018, os Anexos III, IV e V, que serão entregues aos interessados através de e-mail compondo integralmente o processo licitatório.

Diamantino . MT, 06 de Fevereiro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



ANEXO - VI

Processo Nº 0XX/2018 CARTA CONVITE Nº 001/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E MÃO- DE-OBRA INFANTIL

A empresa _____ (razão social da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, com sede na (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para os fins de habilitação no Carta Convite nº 001/2018, Declara expressamente que:

- 1) Até a presente data, inexistem fatos supervenientes a sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2) Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local/ Data

Nome e Assinatura do responsável

Local

e

data.

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER DENTRO DO ENVELOPE I DOCUMENTAÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



ANEXO - VII

(Usar Papel Timbrado da Empresa)

MODELO DE PROPOSTA DE

PREÇOS CARTA CONVITE Nº 001/2018

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Razão Social:	
CNPJ OU CFF:	Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-MAIL:
Telefone:	Fax:
Banco:	Conta Bancária:
Nome e nº da Agência:	

Senhorias, nossa proposta para a Contratação de Empresa especializada para execução de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AMPLIAÇÃO E REFORMA PSF BAIRRO BURITI, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT, ANEXO I**, do respectivo **Edital Carta Convite nº 001/2018**, no valor: R\$ ____ (____).

LOTE 01 É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AMPLIAÇÃO E REFORMA PSF BAIRRO BURITI, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

Outrossim, informo a Vossas Senhorias que o prazo de validade da proposta é de (.....) dias e que nos comprometemos em assinar o contrato no prazo que for estabelecido na respectiva convocação, na hipótese de que nos seja adjudicado o objeto da licitação.

Declaramos para todos os fins de direito que estamos de acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da Carta Convite nº 001/2018 e que o preço proposto compreende todas as despesas com maquinários, equipamentos específicos para a execução do objeto, mão de obra, encargos sociais, transporte, ferramentas, equipamentos auxiliares, seguros e demais encargos necessários à perfeita execução de todos os serviços, respectivos à mão de obra, atendendo toas as exigências editalícios.

Diamantino - MT, de de 2018.

carimbo CNPJ e assinatura do representante legal



ANEXO - VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo Licitatório nº 0XX/2018 Modalidade: Carta Convite nº 001/2018

A empresa _____ (NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____
_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____
_____, por intermédio de seu representante legal,
o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____
_____ e CPF nº 000.000.000-00, DECLARA, sob as
sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que sua empresa se enquadra
como _____, e cumpre os termos da
legislação vigente, artigos 3º e 42º a 49º da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/06, não
possuindo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da referida
Lei.

Local e data.

(Assinatura do Representante da Empresa) e
(Assinatura do Contador da empresa)

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ VIR FORA DOS ENVELOPES



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



ANEXO - IX

MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Timbre/logomarca da Pessoa Jurídica Emitente)

A Empresa _____ atesta para os devidos fins que a
_____, com sede na _____,
forneceu/fornece os produtos abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos
firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

Relação dos serviços prestados:

(Especificar os serviços)

Local e Data

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente deste
atestado e sua assinatura)



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



ANEXO - X

MODELO DE DECLARAÇÃO

CARTA CONVITE Nº XXX/2018

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

Para: MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE COM RESTRIÇÃO

A.....(razão social da empresa),
CNPJ Nº....., localizada à
....., declara, em conformidade com a Lei
n.º 10.520/02, que cumpre todos os requisitos para habilitação para esta Carta Convite
nº...../2018 exceto os
documentos irregulares a seguir:

_____ **validade** _____

_____ **validade** _____

_____ **validade** _____

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)

(Papel timbrado da empresa).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74



ANEXO - XI

PROCURAÇÃO

A _____ empresa _____,
CNPJ _____, inscrição estadual _____, com o ramo
de _____, situada na _____ (endereço
completo) _____, neste ato representada pelo seu
_____, Sr. _____, sócio
proprietário, brasileiro, casado,
RG _____ CPF _____, residente e domiciliado na
_____ (endereço residencial
completo) _____, constitui como seu bastante procurado o Sr.
_____, brasileiro, casado, _____, RG _____ e
CPF _____, residente domiciliado na
_____ (endereço residencial
completo) _____, a quem confere poderes específicos para
representá-la em todas as fases da Carta Convite nº. 001/2018, podendo para tanto
assinar documentos especialmente atas, manifestar-se em seu nome, de forma escrita ou
verbal, interpor, renunciar e desistir de recurso, por escrito ou verbal com consignação em
ata, em fim, praticar todo e qualquer ato inerente ao referido certame, a fim de dar bom e
fiel cumprimento aos poderes deste mandato.

_____ - ____ de _____ de 2018.

Fulano de tal _____
Sócio proprietário

obs: é necessário reconhecer firma.



ANEXO - XII

DECLARAÇÃO DE DESISTENCIA DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

A empresa _____,
CNPJ _____, inscrição estadual _____, com o ramo
de _____, situada na _____ (endereço
completo) _____, neste ato representada pelo seu
_____, Sr. _____, sócio
proprietário, brasileiro, casado, _____ RG _____ CPF _____,
residente e domiciliado na _____ (endereço residencial
completo) _____, constitui como seu bastante procurado o Sr.
_____, brasileiro, casado, _____, RG _____ e
CPF _____, residente domiciliado na
_____ (endereço residencial
completo) _____, a quem confere poderes específicos para
representá-la em todas as fases da Carta Convite nº. 001/2018, podendo para tanto
assinar documentos especialmente atas, manifestar-se em seu nome, de forma escrita ou
verbal, interpor, renunciar e desistir de recurso, por escrito ou verbal com consignação em
ata, em fim, praticar todo e qualquer ato inerente ao referido certame, a fim de dar bom e
fiel cumprimento aos poderes deste mandato.

_____ - ____ de _____ de 2018.

Fulano de tal _____
Sócio proprietário

obs: é necessário reconhecer firma.